



PRECONCEITO LINGUÍSTICO E SEU IMPACTO SOCIAL

Pedro Afonso Pereira¹, Leonardo Liberal Teixeira², Julia de Oliveira Gomes³

¹Graduando em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Belo Horizonte, afonsoleao2012@gmail.com

²Graduando em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Belo Horizonte, lilibreral-leo@hotmail.com

³Bacharelanda em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Belo Horizonte, oliv.juliagomes@gmail.com

Resumo: O preconceito linguístico é um fenômeno social complexo que está presente nas mais diferentes culturas e localidades, causando diversos prejuízos sociais e culturais. Este trabalho tem como objetivo explorar os impactos desse fenômeno no ensino de línguas e na integração de imigrantes na sociedade brasileira, a fim de tentar estabelecer padrões que ajudem a esclarecer e conseqüentemente criar estratégias para mitigar os danos que ele causa.

Palavras-chave: Preconceito linguístico, variação linguística, migração, inclusão social.

1. Introdução

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação causada pelas diferenças no uso de uma língua e na forma de se comunicar em um determinado local, região ou grupo. Manifestações linguísticas como sotaques, expressões regionais, além daqueles evidenciados pelos diferentes níveis de domínio da norma padrão, são alguns exemplos de desencadeadores deste preconceito, geralmente ligado a fatores como naturalidade, nacionalidade, etnia, idade, grau de instrução e nível de renda de um indivíduo.

A língua é um dos principais constituintes da identidade de um indivíduo. É ela quem evidencia de onde ele vem, qual o seu nível de prestígio social, de escolaridade e



de pertencimento a uma determinada região ou grupo. É também um símbolo cultural, determinante para a vida em um grupo social, local ou país.

Historicamente, porém, as línguas foram utilizadas como um elemento de opressão, tendo, entre outras imposições, sido sobrepostas às línguas nativas em países colonizados ao longo dos séculos. Este tipo de imposição ocasionou uma série de problemas linguísticos, como o desaparecimento de línguas nativas de povos originários (as línguas indígenas extintas no Brasil e ao redor do mundo, por exemplo), graças à obrigação do aprendizado da língua dominante.

Além da sobreposição de uma língua dominante sobre outras, consideradas de menor prestígio, existe ainda o consenso social sobre a existência de uma variação mais “correta” de uma língua — vulgarmente conhecida como “língua pura”, conforme observado por Marcos Bagno em seu livro *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (1999, p. 21). Bagno evidencia duas formas dominantes desta língua pura: a norma culta, que seria o português falado pelas pessoas “cultas”, de maior prestígio social, e a norma padrão, de escrita “literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder” (*ibidem*, p. 16). Ambas seriam baseadas na Gramática normativa, embora a língua falada sofra variações à norma mesmo em seus círculos mais “cultos”.

Esta predileção pela língua pura é a principal desencadeadora do que Bagno classifica como *preconceito linguístico*, que é uma manifestação de repúdio ou não-aceitação a uma variação dialetal considerada inferior à norma culta, empregada pela classe dominante. As variações dialetais podem ter origens variadas, como a idade do falante, sua naturalidade, nível socioeconômico ou país de origem.

2. Exposição do problema





O preconceito linguístico no Brasil foi, de certo modo, subsidiado pelo sistema educacional que pregava esta forma da língua como sendo a “correta” e que todas as outras seriam “erradas”. Em seu livro, Bagno aborda esse conceito:

Esse mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma lingüística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc. (1999, p. 15)

Isso cria na sociedade a ideia de que a linguagem utilizada por um grupo dominante (e letrado) é a única apropriada e que aqueles que não a dominam deveriam ser corrigidos, ideia esta que é refletida no aprendizado de novos idiomas. Um grande fator limitante do aprendizado de línguas estrangeiras no Brasil, ainda segundo Marcos Bagno (1999, p. 29-30), é o mito que o brasileiro não sabe falar português, pensamento absorvido inclusive por uma grande parte de brasileiros. Essa aceitação de inferioridade faz com os falantes do português no Brasil acreditem nessa ideia de que não sabemos a língua materna e, conseqüentemente, não iremos aprender uma nova língua.

No estudo conduzido por Vanegas (2016), foi verificado que a discriminação dos colegas e dos professores é um importante fator que afasta alunos iniciantes do aprendizado de língua estrangeira. Os alunos de baixa proficiência se sentiram inibidos pelas correções excessivas de pronúncia feitas pelos professores e colegas. Além disso, demonstrou-se que os professores tendem a passar a maior parte do tempo em conversação com os alunos mais proficientes, o que tira a oportunidade de aprendizado dos alunos de menor proficiência. Os alunos prejudicados relatam como essa combinação de fatores foi desmotivadora e levou um estudante a abandonar o curso.

Essa realidade é muito preocupante, pois expandir o conhecimento de línguas estrangeiras é cada vez mais importante para o desenvolvimento econômico no mundo globalizado. No entanto, será muito difícil difundir as línguas estrangeiras se o sistema



for hostile against the students of low proficiency, who are the ones who most need to develop this knowledge.

Already in the case of immigrants, linguistic discrimination in relation to accent and the difficulty of adapting to the local language create or reinforce the idea of non-belonging, which evidences social xenophobic and racist tendencies. Jokes based on the way of speaking of these people end up becoming harmful stereotypes that make the integration of these people in society in general.

It is important to highlight that linguistic discrimination suffered by immigrants is also influenced by the prestige of their local or country of origin. In the case of foreigners, for example, the country and the language of origin can be "well-looked upon" and, thus, influence the acceptance of that individual in the society in which they are inserted, or, on the contrary, incite xenophobia. Both can be observed in the form of social treatment of immigrants speaking English or French in opposition to those speaking African languages or Asian immigrants in Brazil.

This discrimination, however, is not observed only in social life, but has its roots in public policies of cultural repression of other peoples, as observed by Oliveira (2007):

Durante o Estado Novo, mas sobretudo entre 1941 e 1945, o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas, instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas, que pelo número de falantes eram bastante mais importantes que as línguas indígenas na mesma época: **644.458** pessoas, em sua maioria absoluta cidadãos brasileiros, nascidos aqui, falavam alemão cotidianamente no lar, numa população nacional total estimada em 50 milhões de habitantes, e **458.054** falavam italiano, dados do censo do IBGE de 1940 (Mortara, 1950). Essas línguas perderam sua forma escrita e seu lugar nas cidades, passando seus falantes a usá-las apenas oralmente e cada vez mais na zona rural, em âmbitos comunicacionais cada vez menos extensos (p. 4)

This is just an example, but the policy of linguistic repression in the country refers to much more distant times, since the colonial period. It is evident, therefore, that



o preconceito linguístico não é apenas uma característica social, mas um projeto político. Ainda hoje o uso de línguas estrangeiras por imigrantes é limitado às comunidades de falantes e ao uso privado, como na criação bilíngue de crianças em colônias de imigrantes.

3. Conclusão

Por ser um problema muito complexo e com diferentes formas de manifestação, o preconceito linguístico é difícil de ser abordado e dificilmente será erradicado. No entanto, ele pode ser mitigado com ações sistêmicas que ajudem a normalizar a tolerância linguística.

No âmbito do ensino de línguas, o estudo apresentado por Vanegas (2016), demonstrou a importância de treinar os professores para dividir a atenção igualmente entre os estudantes e evitar a tendência de privilegiar os alunos mais desinibidos por já possuírem maior domínio do conteúdo. Além disso, deve-se evitar correções excessivas de pronúncia e deixar claro que toda língua admite variações na fala, logo nunca existe apenas uma pronúncia correta. Por fim, todo o processo fica muito mais simples se for possível estratificar e dividir os alunos em turmas de acordo com o conhecimento prévio do idioma a ser ensinado. Isso pode reduzir a inibição dos estudantes de menor proficiência diante dos colegas de maior proficiência além de possibilitar que o conteúdo abordado seja mais condizente com a necessidade dos alunos.

A discriminação linguística também se coloca como fator limitante na inclusão de imigrantes. É importante ressaltar o papel do Estado nessa inclusão, embora o próprio Estado seja motor de repressão linguística há séculos. Historicamente, a imigração tem um importante papel linguístico, social e cultural no Brasil, e é um dever diplomático do país aprender e ensinar sua população a acolher o imigrante estrangeiro, assim como sua língua.

4. Referências



BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999. Disponível em: <https://professorjailton.com.br/novo/biblioteca/preconceito_linguistico_marcos_bagno.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. **Revista Linguagem**, v.11, n.1, 2009. Disponível em: <<http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/591>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

VANEGAS, Marlon. Linguistic discrimination in an English language teaching program: voices of the invisible others. **Íkala**, Revista de Lenguaje y Cultura, v. 21, n. 2, p. 133-151. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305789186_Linguistic_Discrimination_in_an_English_Language_Teaching_Program_Voices_of_the_Invisible_Others>. Acesso em: 28 jul. 2021.